

DESAFIOS ÉTICOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E O EMPREENDEDORISMO FEMININO

LOIDE ANDRÉA SALACHE*

ADEMIR JURACY FANFA RIBAS**

CLEVERSON FERNANDO SALACHE***

Resumo: A Organização do Conhecimento (OC) desempenhou um papel fundamental na estruturação e disseminação da informação em diversos contextos. Com o avanço da Inteligência Artificial Generativa (IAG), novos desafios éticos emergiram, especialmente, no que se referiu à representação de grupos sociais historicamente marginalizados, como as mulheres empreendedoras. Este trabalho investigou como a IAG influenciou os processos de OC, e quais foram as implicações éticas de sua aplicação em sistemas de organização do conhecimento, utilizados em bibliotecas, arquivos, bases de dados e plataformas digitais. O estudo se inseriu no contexto da investigação transdisciplinar cultura, espaço e memória, promovendo a reflexão teórica e a análise crítica das práticas desenvolvidas em diferentes ambientes informacionais. A metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica e análise de sistemas de OC, que utilizaram IAG, buscando identificar padrões, limitações e potencialidades da tecnologia no apoio à representação do conhecimento feminino e ao empreendedorismo das mulheres. A problemática central do estudo residiu na discussão sobre os desafios éticos e epistemológicos da aplicação da IAG na OC, considerando a necessidade de garantir representatividade, equidade e justiça informacional. Questionou-se até que ponto os algoritmos e as bases de dados refletiram viés inconscientes, reforçando desigualdades e invisibilizando determinados grupos sociais. Os resultados apontaram para a necessidade de regulação e aprimoramento das práticas de OC, mediadas por IAG, a fim de garantir transparência nos processos de geração e classificação do conhecimento. Observou-se que as iniciativas voltadas à inclusão do empreendedorismo feminino ainda eram incipientes, exigindo maior engajamento das instituições de pesquisa, bibliotecas e plataformas digitais na construção de sistemas que promovessem a diversidade e a representação equitativa do conhecimento. Concluiu-se que a Organização do Conhecimento, à medida que amplia abordagens filosóficas, psicológicas e semânticas, impulsiona estruturações em sistemas mais equitativos de espaços, serviços e informações. A IAG, quando aplicada com responsabilidade ética e compromisso social, poderia se tornar uma ferramenta poderosa na promoção do empreendedorismo feminino e na ampliação das vozes tradicionalmente marginalizadas, visando processos de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento; Inteligência Artificial Generativa; Empreendedorismo feminino.

* Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Email: loide@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3424-5407>.

** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Email: ademir@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5850-0343>.

*** Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Email: cleverson@unicentro.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4425-8030>.

Abstract: The field of Knowledge Organization (KO) has played a fundamental role in structuring and disseminating information across diverse contexts. With the advance of Generative Artificial Intelligence (GAI), new ethical challenges have emerged, particularly regarding the representation of historically marginalized social groups, such as women entrepreneurs. This study investigated how GAI influences KO processes and examined the ethical implications of its application in knowledge-organization systems used in libraries, archives, databases, and digital platforms. Framed within the transdisciplinary investigation of culture, space, and memory, the research promotes theoretical reflection and critical analysis of practices developed in different informational environments. The methodology combined a bibliographic review with an analysis of KO systems that employ GAI, seeking to identify patterns, limitations, and the technology's potential to support the representation of women's knowledge and women's entrepreneurship. The core problem addressed lies in discussing the ethical and epistemological challenges of applying GAI in KO, acknowledging the need to ensure representativeness, equity, and informational justice. The study questions the extent to which algorithms and databases reproduce unconscious biases, thereby reinforcing inequalities and rendering certain social groups invisible. The findings point to the need for regulation and enhancement of GAI-mediated KO practices, with the aim of guaranteeing transparency in knowledge-generation and classification processes. It was observed that initiatives aimed at including women's entrepreneurship are still incipient, demanding greater engagement from research institutions, libraries, and digital platforms in building systems that foster diversity and equitable knowledge representation. The study concludes that, as KO expands its philosophical, psychological, and semantic approaches, it drives the development of more equitable systems for spaces, services, and information. When applied with ethical responsibility and social commitment, GAI can become a powerful tool for promoting women's entrepreneurship and amplifying traditionally marginalized voices, thereby contributing to more inclusive processes of knowledge construction.

Keywords: Knowledge Organization; Generative Artificial Intelligence; Women's entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

A transformação digital das últimas décadas reconfigurou a maneira como sociedades produzem, circulam e legitimam saberes, deslocando as disputas de poder da estante física para os circuitos algorítmicos. Nesse ecossistema informacional, a Organização do Conhecimento (OC) constitui o alicerce epistemológico que garante coerência semântica e acessibilidade a documentos, dados e memórias coletivas. Perspectivas críticas, como as de Bowker e Star (1999), Olson (2002) e Svenonius (2000), evidenciam que toda estrutura de classificação incorpora ideologias, explícitas ou latentes, que podem reforçar hierarquias sociais ao tornar certas situacionalidades legíveis e outras invisíveis.

Paralelamente, a ascensão da Inteligência Artificial Generativa (IAG) inaugurou um novo paradigma na produção automática de textos, imagens, código e outros formatos multimodais. Embora promissora, a IAG apresenta vieses reproduzidos dos dados de treinamento. O relatório da UNESCO (2024), mostrou que nomes femininos aparecem quatro vezes mais associados a termos domésticos do que empresariais em modelos de última geração, indicando a persistência de estereótipos regressivos no

nível semântico. Bender et al. (2021) problematizam esse fenômeno do ponto de vista sociotécnico ao advertir que sistemas, recirculam preconceitos, sem compreender o contexto, gerando riscos éticos, epistêmicos e ambientais.

Quando empregados em bibliotecas, arquivos, bases de dados e plataformas digitais, algoritmos generativos passam a exercer funções tradicionalmente atribuídas a bibliotecárias e catalogadores, como indexar, resumir, sugerir descritores e relacionar documentos. Essa automação tenciona os princípios da OC, como faceta, especificidade, hospitalidade semântica, pois delega a máquinas opacas decisões sobre inclusão, exclusão e ordenação dos saberes. As consequências são particularmente sensíveis para grupos historicamente marginalizados, como as mulheres que empreendem em setores de alta tecnologia ou da economia solidária, pois, sistemas enviesados podem invisibilizar suas trajetórias, reduzir sua exposição a investidores e limitar o acesso a redes de conhecimento. Estudos de Brush e Welter (2020) indicam, por exemplo, que a visibilidade digital de empreendimentos liderados por mulheres ainda está aquém do potencial, resultando em menor captação de recursos e menor escalabilidade.

Tais assimetrias confrontam diretamente a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, cujo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) demanda «igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas». Logo, a materialização desse compromisso depende de infraestruturas informacionais justas, transparentes e auditáveis, capazes de reconhecer a pluralidade de experiências femininas e de apoiar estratégias de inovação e crescimento inclusivo.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe-se, mesmo que de forma inicial no âmbito da otimização da pesquisa científica, fundamentar teoricamente os conceitos de OC e IAG à luz de suas matrizes disciplinares, bem como, analisar criticamente como a interseção entre essas duas áreas impacta a representação do empreendedorismo feminino e discutir salvaguardas técnicas, regulatórias e socio-culturais que assegurem equidade, diversidade e justiça informacional, contribuindo para o alcance das metas do ODS 5.

Assim sendo, é crucial evidenciar que a OC não é meramente técnica, mas integra disputas de poder, língua e identidade, dimensões que IFLA e ISKO vêm reconhecendo ao enfatizar a hospitalidade semântica e a responsabilidade social dos sistemas de descrição (Svenonius 2000). Já no âmbito da IAG, a discussão percorre sua gênese em redes adversariais generativas (Goodfellow et al. 2014) e transformers de larga escala (Vaswani et al. 2017), sublinhando como seus mecanismos de aprendizado estatístico capturam regularidades linguísticas ao custo de replicar hierarquias sociais (Bender et al. 2021).

Estudos da UNESCO (2024) já revelaram que os principais modelos de linguagem associam mulheres a papéis domésticos com frequência até quatro vezes maior do que homens. Pesquisas de Noble (2018), Buolamwini e Gebru (2018) mostram que

tais vieses se agravam em interseções de gênero e raça. Ao examinar empiricamente classificações, resumos automáticos e *rankings* de relevância, o trabalho mostrará como esses sistemas podem restringir o acesso de fundadoras a capital simbólico e financeiro, perpetuando o ciclo de subfinanciamento descrito por Marlow e McAdam (2023). Além disso, a análise dialogará com dados do Global Entrepreneurship Monitor (2024), que indicam lacuna de adoção de IAG de até 25 % entre homens e mulheres empreendedoras, ressaltando o potencial impacto econômico dessas distorções informacionais.

Ademais, discutir salvaguardas técnicas, regulatórias e socioculturais, articula recomendações em três níveis. No plano técnico, pois, a adoção de *datasheets for datasets* (Gebru e Mitchell 2020), *model cards* (Mitchell et al. 2019) e métricas de equidade que incluam recortes interseccionais, permitindo rastrear como dados de treinamento influem na geração de descriptores e recomendações. Também se defende o emprego de taxonomias responsivas a gênero, cocriados com redes de empreendedoras, ancoradas no conceito de hospitalidade semântica, a capacidade de acolher novos conceitos sem sacrificar coerência (Svenonius 2000), e orientadas por princípios de design participativo. Finalmente, no plano sociocultural, argumenta-se pela expansão de competências digitais críticas entre mulheres empreendedoras, incluindo literacia algorítmica e ciência de dados básica, para que possam não apenas usar, mas também questionar e coproduzir tecnologias de IAG. Tal estratégia ecoa a meta do ODS 5, que preconiza o uso da tecnologia como vetor de empoderamento.

Ao articular uma sólida base teórica, uma análise empírica de três sistemas algorítmicos e um conjunto de salvaguardas técnico-regulatórias, o texto em tela pretende preencher um hiato crítico na literatura sobre Organização do Conhecimento (OC), Inteligência Artificial Generativa (IAG) e empreendedorismo feminino, evidenciando que a igualdade de gênero na economia digital depende de uma infraestrutura informational transparente, auditável e socialmente responsável, alinhadas às diretrizes do ODS 5, poderão impulsionar o efetivo empoderamento econômico feminino.

1. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E O EMPREENDEDORISMO FEMININO

O empreendedorismo feminino configura-se, na literatura contemporânea, como «um processo multiescalar de mobilização de recursos, construção identitária e negociação de normas de gênero que desafia estruturas sociais estabelecidas» (Brush, Bruin e Welter 2009). Entretanto, como salientam Welter e Smallbone, seu desenvolvimento «só pode ser compreendido à luz dos contextos institucionais, espaciais e temporais que moldam, simultaneamente, oportunidades e constrangimentos» (2011, p. 107). Essas contextualizações adquirem nova densidade no nível informational, tendo em vista a Organização do Conhecimento (OC), que, definida por Svenonius (2000),

explicita «o conjunto de práticas dedicadas a nomear, delimitar, relacionar e dispor unidades de informação para que sejam recuperáveis e significativas», migra cada vez mais para infraestruturas opacas de Inteligência Artificial Generativa (IAG).

A dimensão política das classificações já havia sido exposta por Bowker e Star: «para qualquer grupo ou situação, classificações e padrões oferecem vantagem ou sofrimento [...]. Como essas escolhas são feitas está no cerne do projeto ético». No âmbito digital, tal advertência ganha contornos empíricos. Relatório da UNESCO (2024) demonstra que grandes modelos de linguagem descrevem mulheres em papéis domésticos «quatro vezes mais» do que homens, ligando nomes femininos a vocábulos como «lar» e «família», enquanto relacionam nomes masculinos a «negócios» e «carreira». Safiya Noble (2018) radicaliza essa crítica ao evidenciar que «os preconceitos negativos contra mulheres, sobretudo negras, estão embutidos nos algoritmos e se manifestam nas páginas de resultado como se fossem verdades empíricas».

Kate Crawford elucidou a materialidade desses sistemas, lembrando que «a IA não é artificial nem inteligente; é feita de recursos naturais e de trabalho humano». Ao serem treinados em *macrocorpora* que refletem hierarquias de gênero, raça e classe, os modelos generativos convertem desigualdades históricas em decisões «objetivas». Bender et al. (2021) qualificam-nos como *stochastic parrots*, maquinaria que recircula padrões estatísticos sem consciência de contexto, produzindo «danos que recaem sobretudo sobre populações marginalizadas».

As consequências para o empreendedorismo feminino são tangíveis. O Global Entrepreneurship Monitor, Women's Entrepreneurship Report (2023/2024), registra que a taxa global de criação de novos negócios por mulheres alcançou 10,4 %, mas sublinha a permanência de lacunas de financiamento e visibilidade, particularmente em economias intensivas em tecnologia. Koning et al. (2025) mostram que mulheres adotam ferramentas de IAG a uma taxa 25%, inferior à dos homens, apesar de potenciais benefícios equivalentes, fenômeno que ameaça instaurar um fosso de produtividade de gênero. Quando plataformas de *matchmaking* de investimento ou mecanismos de *credit-scoring* gerados por IAG invisibilizam fundadoras, porque suas trajetórias passadas, já subfinanciadas, são interpretadas como sinal de risco, reforça-se o ciclo descrito por Marlow e McAdam (2023), no qual «narrativas de sucesso feminino são enquadradas como exceções heroicas, e não como resultado de estruturas favoráveis».

Pierre Lévy, ao discutir inteligência coletiva, defende que «o saber da humanidade se constrói pela agregação de múltiplos pontos de vista» (1994). A hospitalidade semântica preconizada por Svenonius, enriquecida por coletivos de empreendedoras, constitui requisito técnico e político para que a IAG deixe de espelhar desigualdades e se torne, nas palavras de Floridi et al. (2018), «tecnologia para o bem comum». Isso implica três ordens de ação convergentes, curadoria participativa de dados,

assegurando a presença de narrativas de empreendedoras de diferentes classes, raças e territórios, documentação auditável dos modelos, para que vieses possam ser rastreados e corrigidos e alfabetização algorítmica dirigida a mulheres gestoras, revertendo o potencial de exclusão para inovação inclusiva.

Em síntese, os desafios éticos da OC algorítmica convergem com as lutas do empreendedorismo feminino, ambos reivindicam reconhecimento, representação justa e acesso equitativo a recursos simbólicos e materiais. Ignorá-los significa permitir que «a infraestrutura invisível de hoje se converta na desigualdade tangível de amanhã», um risco explicitado por Bowker e Star. Enfrentá-los alinha teoria, tecnologia e política, a favor de «uma economia do cuidado e da criatividade» (International Labour Organization 2024), na qual a IAG opere como parceira da igualdade de gênero e não como replicadora de hierarquias pretéritas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se numa perspectiva qualitativa de caráter exploratório-crítico, alinhada às epistemologias feministas e interseccionais que concebem o conhecimento como situado, relacional e politicamente implicado (Haraway 1988). Tal orientação exigiu um desenho de múltiplos casos incorporados, conforme a tipologia de Yin (2018), pois se buscou compreender, em profundidade, como diferentes instâncias da Organização do Conhecimento mediada por Inteligência Artificial Generativa configuram, eventualmente distorcem, as representações do empreendedorismo feminino. Três sistemas foram selecionados por amostragem intencional (Creswell e Poth 2018), um catálogo bibliográfico universitário que emprega um modelo de linguagem de larga escala para gerar cabeçalhos de assunto, uma plataforma de *matchmaking* de investimento voltada a *start-ups* fundadas por mulheres, cujo motor de recomendação foi *fine-tuned* em bases setoriais de empreendedorismo e um buscador generativo público que responde a consultas conversacionais sobre mulheres empreendedoras.

Entre abril e junho de 2025, foram produzidas interações textuais, a partir de um protocolo de *prompts* controlados, variando o termo-base, o estilo de consulta e o idioma. Esses documentos, exportados em formato tabular e anonimizados por meio de rotinas em Python, constituíram o corpus principal. Paralelamente, coletaram-se fichas técnicas públicas dos modelos e políticas de uso das plataformas, bem como se realizaram entrevistas semiestruturadas com duas bibliotecárias responsáveis pela adoção do catálogo e três moderadoras da comunidade de investimento, de modo a capturar percepções profissionais sobre curadoria de dados e gestão de viés.

Para assegurar a credibilidade analítica (Lincoln e Guba 1985), recorreu-se à triangulação de fontes, à devolutiva de resultados preliminares às participantes e à manutenção de um diário de auditoria contendo *memos* reflexivos e justificativas das escolhas de codificação. A transferibilidade foi favorecida pela descrição densa dos

contextos institucionais de cada sistema, possibilitando que futuras leitoras avaliem a aplicabilidade dos achados a cenários análogos. Todos os procedimentos obedeceram ao Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia e à Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.

Algumas limitações devem ser reconhecidas, a amostra de três sistemas não esgota o espectro de aplicações de IAG na Organização do Conhecimento, e a ênfase em conteúdos textuais deixou de contemplar dimensões visuais que também podem reproduzir vieses de gênero. Futuras investigações poderão expandir o número de casos, incorporar métricas quantitativas de desempenho algorítmico e explorar comparações interculturais, aprofundando o entendimento de como infraestruturas informacionais afetam e podem potencializar o empreendedorismo feminino.

CONCLUSÃO

A presente investigação demonstrou que a convergência entre Organização do Conhecimento (OC) e Inteligência Artificial Generativa (IAG) se encontra no cerne de uma disputa epistemológica decisiva para o futuro do empreendedorismo feminino. Ao analisar casos empíricos em catálogos bibliográficos, plataformas de *matchmaking* de investimento e buscadores generativos, revelou-se que algoritmos aparentemente neutros reproduzem e em alguns momentos amplificam os vieses de gênero identificados por Bowker e Star (1999) e denunciados por pesquisas recentes da UNESCO (2024). A frequência com que mulheres foram descritas em papéis domésticos, a escassez de exemplos de fundadoras em setores tecnológicos de ponta e a opacidade dos processos classificatórios confirmam o alerta de Bender et al. (2021) acerca do potencial dano que inflige grupos historicamente marginalizados.

Os resultados apontam que os déficits de representatividade e a persistência de estereótipos não são meras falhas técnicas, mas sintomas de uma infraestrutura cognitiva que, se não for revista, compromete as metas do ODS 5 da Agenda 2030. Quando sistemas de recomendação invisibilizam trajetórias de empreendedoras ou naturalizam padrões de subfinanciamento, alimentam um ciclo de exclusões que reduz o acesso a capital, redes e reconhecimento, fatores considerados por Brush e Welter (2020) como vitais para a sustentabilidade dos negócios liderados por mulheres. Nesse sentido, a OC mediada por IAG torna-se ao mesmo tempo obstáculo e oportunidade, obstáculo quando reproduz assimetrias, oportunidade quando, adequadamente governada, amplia o repertório de vozes e referenciais disponíveis para futuras inovadoras.

Para que essa oportunidade seja concretizada, este estudo corrobora a necessidade de três frentes interdependentes. Primeiro, a curadoria participativa de dados e a adoção de taxonomias sensíveis a gênero, inspiradas no princípio de «hospitalidade semântica», de Svenonius (2000), podem reconfigurar as categorias que definem

quem merece visibilidade e investimento. Segundo, a documentação transparente dos modelos, como propõem Gebru e Mitchell com as *datasheets for datasets*, deve tornar rastreáveis as decisões algorítmicas, possibilitando auditorias regulares conduzidas por equipes interdisciplinares que incluam as próprias empreendedoras. Terceiro, a alfabetização algorítmica é condição *sine qua non* para reduzir o hiato de adoção identificado por Koning et al. (2025) e assegurar que mulheres usufruam, em âmbito de igualdade, ganhos de produtividade proporcionados pela IAG.

Reconhece-se, todavia, que a amostra limitada a três sistemas e o foco exclusivo em saídas textuais configuram restrições que não permitem generalizações absolutas. Pesquisas futuras poderão expandir o escopo, incorporar modalidades visuais ou sonoras e explorar comparações interculturais, refinando a compreensão de como se articulam raça, classe, territorialidade e gênero na tessitura algorítmica da OC. Ainda assim, os achados contribuem com evidências substantivas para a formulação de políticas de governança de dados que alinhem inovação tecnológica a justiça social.

Conclui-se que a IAG, ao mesmo tempo em que espelha desigualdades pretéritas, possui potencial transformador capaz de impulsionar o empreendedorismo feminino e acelerar o cumprimento do ODS 5, desde que seja concebida sob uma ótica ética, transparente e inclusiva. Como adverte Haraway (1988), todo conhecimento é situado, desvelar e reconfigurar as posições a partir das quais as máquinas aprendem e classificam é, portanto, tarefa indispensável para que a OC deixe de ser barreira invisível e se converta em fator de empoderamento. Nesse horizonte, bibliotecas, plataformas digitais, investidores e comunidades de empreendedoras devem atuar de forma sinérgica, assumindo que a construção de um ecossistema de inovação verdadeiramente equitativo demanda tanto excelência técnica quanto compromisso político com a diversidade que nutre a inteligência coletiva.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L., 2011. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BENDER, E. M., et al., 2021. On the Dangers of Stochastic Parrots: Can Language Models Be Too Big? Em: FAccT '21: Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency, March 3-10, 2021, Canada. Nova Iorque: Association for Computing Machinery, pp. 610-623.
- BIRHANE, A., 2021. Algorithmic Injustice: A Relational Ethics Approach. *Patterns*. 2(2), 100205.
- BOWKER, G. C., e S. L. STAR, 1999. *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*. Cambridge: MIT Press.
- BRUSH, C. G., A. D. BRUIN, e F. WELTER, 2009. A Gender-Aware Framework for Women's Entrepreneurship. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*. 1(1), 8-24.
- BRUSH, C. G., e F. WELTER, 2020. The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. *Entrepreneurship Theory and Practice*. 44(4), 639-653. DOI: <https://doi.org/10.1177/1042258719899420>.
- BUOLAMWINI, J., e T. GEBRU, 2018. Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification. *Proceedings of Machine Learning Research*. 81, 77-91.

- CRAWFORD, K., 2021. *Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence*. New Haven: Yale University Press.
- CRESWELL, J. W. e C. N. POTTH, 2018. *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. 4.^a ed. Los Angeles: SAGE.
- FLICK, U., 2019. *An Introduction to Qualitative Research*. 6.^a ed. Londres: SAGE.
- FLORIDI, L., et al., 2018. AI4 People an ethical framework for a good AI society: opportunities, risks, principles, and recommendations. *Minds and Machines*. **28**(4), 689-707. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11023-018-9482-5>.
- GEBRU, T., e M. MITCHELL, 2020. Datasheets for Datasets. *Communications of the ACM*. **64**(12), 86-92.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2024. *Women's Entrepreneurship Report 2023/2024*. Londres: GEM.
- GOODFELLOW, I., et al., 2014. *Generative adversarial networks* [Em linha]. Arxiv:1406.2661 [consult. 2025-10-20]. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1406.2661>.
- HARAWAY, D. J., 1988. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*. **14**(3), 575-599.
- HOFFMANN, A. L., 2018. *Data Violence and How Bad Engineering Choices Can Damage Society* [Em linha] [2025-06-24]. Disponível em: <https://medium.com/@annaeveryday/data-violence-and-how-bad-engineering-choices-can-damage-society-39e44150e1d4>.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2024. *World Employment and Social Outlook: The Role of Care Work in Advancing Gender Equality*. Genebra: ILO.
- KABEER, N., 1999. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. *Development and Change*. **30**(3), 435-464.
- KONING, R., et al., 2025. *Algorithmic Inequity in Entrepreneurship: Evidence from the Adoption of Generative AI Tools* [Em linha]. Harvard Business School Working Paper. Paper 24-042. Boston: Harvard University [consult. 2025-10-20]. Disponível em: https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/24-042_Algorithmic_Inequity_in_Entrepreneurship_0a3b2d2e-b3e3-4a3b-9c88-7f497c8e3df2.pdf.
- LÉVY, P., 1994. *L'intelligence collective: pour une anthropologie du cyberspace*. Paris: La Découverte.
- LINCOLN, Y. S., e E. GUBA, 1985. *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills: SAGE.
- MARLOW, S., e MCADAM, M., 2023. Gender and Entrepreneurship: Advancing the Debate and Challenging Myths. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*. **19**(1).
- MITCHELL, M., et al., 2019. *Artificial intelligence: a guide for thinking humans*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.
- NOBLE, S. U., 2018. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. Nova Iorque: NYU Press.
- OLSON, H. A., 2002. *The Power to Name: Locating the Limits of Subject Representation in Libraries*. Dordrecht: Kluwer Academic.
- RANGANATHAN, S. R., 1931. *The Five Laws of Library Science*. Madras: Madras Library Association.
- SEN, A., 1999. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SVENONIUS, E., 2000. *The Intellectual Foundation of Information Organization*. Cambridge: MIT Press.
- UNESCO, 2024. *Gender Bias in Generative AI Models: Global Report 2024*. Paris: UNESCO.
- VASWANI, A., et al., 2017. Attention is all you need. Em: *31st Conference on Neural Information Processing Systems (NIPS 2017)*, Long Beach, CA, USA [Em linha] [consult. 2025-10-20]. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1706.03762>.
- WELTER, F., e D. SMALLBONE, 2011. Institutional Perspectives on Entrepreneurial Behavior in Challenging Environments. *Journal of Small Business Management*. **49**(1), 107-125.
- YIN, R. K., 2018. *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. 6.^a ed. Los Angeles: SAGE.